SC13858

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, Ethiopia P. O. Box 3243 Telephone: 5517 700 Fax: 5517844
Website: www.au.int

CONSELHO EXECUTIVO
Vigésima Sexta Sessão Ordinária
23 – 27 de Janeiro de 2015
Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/868(XXVI)A
Original: Inglês

AGENDA 2063

Relatório da Comissão sobre a Agenda 2063 da União Africana

África que nós queremos em 2063

Introdução

1. Recorde-se que em Junho de 2014, na sua reunião realizada em Malabo, Guiné Equatorial, o Conselho Executivo, através da sua Decisão EX.CL/Dec.821 (XXV) tomou nota do Relatório da Comissão sobre o desenvolvimento da Agenda 2063 da União Africana, bem como os dois projectos de documentos, sendo um o **Documento Técnico** abrangente e o outro a **Versão Popular da Agenda 2063**, ambos intitulados " Agenda 2063 da União Africana –**África que Nós Queremos**".

2. Na mesma reunião o Conselho Executivo solicitou que:

   i) os Estados-membros realizassem consultas nacionais sobre o documento técnico da Agenda 2063 e a versão popular e apresentassem as suas contribuições à Comissão até 31 de Outubro de 2014;

   ii) a Comissão continue a trabalhar com a Agência de Planificação e Coordenação da NEPAD (NPCA), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e a Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEA) na finalização dos Documentos da Agenda 2063: o Primeiro Plano Decenal; e o Quadro de Implementação, Monitorização e Avaliação, para apresentação nas reuniões dos Órgãos Deliberativos da UA em Janeiro de 2015;

   iii) a Comissão continue a explorar e a preparar acções concretas relativas à implementação de programas e projectos prioritários identificados na Agenda 2063; e

   iv) a Comissão, em colaboração com a agência da NEPAD, a CEA e o BAD, realize as consultas necessárias com os Estados insulares com vista a desenvolver um mecanismo para garantir que as suas peculiaridades, prioridades e preocupações sejam integradas na Agenda 2063 e programas afins;

3. Em conformidade com o acima exposto, o presente relatório descreve os progressos realizados desde a última reunião do Conselho Executivo, realizada em Junho de 2014 e apresenta o **Projecto de Documento Técnico da Agenda 2063** e a **Versão Popular**, bem como o **Primeiro Plano de Implementação Decenal** para apreciação e aprovação pelos Órgãos Deliberativos da UA.

Progressos realizados até à Data

4. Assim, a Comissão iniciou as seguintes actividades importantes visando a implementação da Decisão do Conselho de Malabo mencionada acima sobre a Agenda 2063:

(i) Conclusão do Documento Técnico da Agenda 2063 e da Versão Popular
(ii) Preparação do Primeiro de implementação Decenal e do Quadro de M&A
(iii) Formulação detalhada do projecto referente aos Programas e Iniciativas/modelo /emblemáticas da Agenda 2063; e
(iv) Consultas seleccionadas com os principais intervenientes não abrangidos nas fases anteriores

a. **Conclusão do Documento Técnico e da Versão Popular da Agenda 2063**

- ✓ Todos os comentários recebidos em Malabo e posteriormente, dos Estados-membros e de vários outros intervenientes, foram totalmente incorporados tanto no Documento Técnico como na Versão Popular da Agenda 2063. Além das contribuições iniciais recebidas de oito Estados-membros antes da Cimeira de Malabo (Argélia, Gana, Ilhas Maurícias, Nigéria, África do Sul, Tunísia, Zimbabué, Zâmbia), foram recebidas contribuições da Etiópia, Quénia e Seicheles, elevando o número de Estados-membros que apresentaram contribuições escritas para onze.

- ✓ Algumas contribuições valiosas foram também recebidas da Conferência de Alto Nível dos Organismos de Planeamento Nacionais de África, organizada pela UNECA e pelo Instituto de Planificação e Desenvolvimento, realizada em Kigali, Ruanda, nos dias 1 e 2 de Setembro de 2014; a consulta realizada junto dos Grupos Africanos Baseados na Fé, organizada pela Comissão, de 5 a 7 de Novembro de 2014, em Nairobi, Quénia; e a consulta com os Estados Insulares, realizada em Victoria, Seychelles, de 2 a 4 de Dezembro de 2014.

- ✓ A Comissão aproveitou todas as oportunidades disponíveis para fazer apresentações sobre a Agenda 2063 nas reuniões técnicas periódicas e nas Reuniões Ministeriais organizadas pelos vários Departamentos. Mais uma vez, algumas contribuições valiosas foram recebidas.

Colectivamente, todas as contribuições mencionadas acima contribuíram significativamente para a conclusão do **Documento Técnico e da Versão Popular da Agenda 2063**.

b. Preparação do Primeiro Plano de Implementação Decenal e do Quadro de Avaliação e Monitorização

- ✓ A identificação do enfoque temático e das prioridades para os primeiros 10 anos da Agenda 2063 foi feita em consulta com os departamentos relevantes da CUA;

- ✓ Consultas com departamentos/divisões da Comissão da UA foram também realizadas visando o estabelecimento de metas aos níveis

nacional, regional e continental (metas quantitativas e de processo) incluindo mecanismos de apoio à implementação;

- ✓ O Primeiro Plano de Implementação Decenal deve ser considerado como um documento vivo que necessita de ser submetido a reorientações e a revisões periódicas. Como parte deste processo, um exercício de validação dos objectivos, metas, estratégias e indicadores será iniciado e Peritos Africanos de seis sectores, Manufactura/indústria, Comércio e Investimento; Desenvolvimento do Capital humano (Saúde e Ciência, Tecnologia, Inovação, Ensino Superior e TIC orientadas para a educação); Governação, Democracia, Paz e Segurança; Desenvolvimento Social e Cultural, incluindo Jovens e Mulheres; Agricultura, Economia Azul e Ambiente; e Integração/ Infra-estruturas (Transporte, Energia e Comunicações), serão convidados a apresentar as suas contribuições e aconselhamento especializado.

c. Programas e Iniciativas Emblemáticos/ Acelerados da Agenda 2063

- ✓ O trabalho relativo à formulação e desenvolvimento de projectos está a ser liderado pelos Departamentos competentes da Comissão e baseia-se em competências especializadas externas quando necessário
- ✓ Duas páginas de perfis de projecto para cada um dos oito projectos emblemáticos, foram preparadas e anexadas o Primeiro Plano de Implementação Decenal da Agenda 2063; e
- ✓ Registaram-se progressos significativos na realização de estudos de base, preparação dos conceitos dos programas e roteiros para a implementação de cada um dos projectos acelerados.
- ✓ Relatórios de actividades abrangentes sobre cada um dos Projectos Emblemáticos da Agenda 2063 serão apresentados separadamente pelos Departamentos competentes da Comissão que estão a liderar os processos de desenvolvimento de projectos.

Visão Geral do Documento Técnico da Agenda 2063

5. A Agenda 2063, plano endógeno de África e quadro estratégico comum para o desenvolvimento sustentável e crescimento inclusivo está baseada em três dimensões como se segue:

   a. A Visão para 2063: tem a sua base na visão da União Africana e nas sete aspirações que provêem das vozes dos intervenientes consultados, apresenta uma imagem vívida de onde é que os Africanos gostariam de ver seu continente daqui há 50 anos, altura em que África celebra o centenário da Fundação da OUA. A visão incorpora metas, que representam as transições na jornada em direcção a "África que Nos queremos" até 2063.

   b. O Quadro de Transformação: apresenta as bases em que Agenda 2063 se assenta, bem como as etapas detalhadas para 2063 sob a forma de objectivos, áreas prioritárias, metas e estratégias indicativas. O quadro apresenta-se na forma de matrizes de resultados abrangentes aos níveis nacional, regional e continental. Isto irá facilitar a avaliação dos progressos

realizados. E reforçar a responsabilização pela obtenção de resultados a todos os níveis. O quadro de transformação representa o "o que deve ser feito" para se alcançar a visão de 2063.

c. **Passar à prática**: Descreve o " como lá chegar" da Agenda 2063 e trata de aspectos relacionados com a implementação, monitorização e princípios de avaliação e responsabilidades; financiamento; parcerias; capacidades de aplicação; e comunicação e sensibilização.

As três dimensões descritas acima são apresentadas em seis capítulos no Documento Técnico da Agenda 2063, cujos conteúdos são resumidos a seguir:

Capítulo 1: Apresenta a génese da Agenda 2063, assentando-a nos oito ideais da Declaração Solene do Jubileu de Ouro da Fundação da OUA. Situa a Agenda 2063 no contexto histórico do Pan-africanismo, bem como nas várias transições assinalando as respostas dos países africanos relativamente às exigências dos tempos. O capítulo caracteriza a Agenda 2063 como um quadro estratégico endógeno comum para o crescimento inclusivo e desenvolvimento sustentável que se baseia no recente desempenho positivo de África nos domínios económico, social e político que visa colocar o continente numa nova trajectória positiva de crescimento, paz e a prosperidade. A Agenda baseia-se na rica história do continente, seus recursos naturais, pessoas, cultura, bem como as suas instituições a todos os níveis, e aproveita as oportunidades de mudar a dinâmica e as tendências globais.

Capítulo 2: **Apresenta** a visão para 2063 e detalha o que alcançar cada uma das sete aspirações significaria para a África e seus cidadãos. Por exemplo, a realização da aspiração 1 (Uma África Próspera baseada no Desenvolvimento Sustentável e no Crescimento inclusivo) significaria que:

- O Povo Africano terá um alto padrão de vida e qualidade de vida e bem-estar;
- África terá cidadãos bem-educados, apoiada por uma revolução das competências, com um enfoque deliberado sobre a ciência, tecnologia e inovação para uma sociedade do conhecimento;
- Uma África onde nenhuma criança perde escola devido à pobreza ou qualquer forma de discriminação;
- Os Cidadãos são saudáveis, bem nutridos e têm uma longa esperança de vida
- As cidades, as comunidades peri-urbanas e rurais estão equipadas com tecnologia de comunicação moderna, saneamento, estruturas de educação e serviços saúde, sendo estas economias de mercado dinâmicas, vibrantes, onde as pessoas têm acesso à habitação adequada a preços acessíveis, incluindo financiamento à habitação juntamente com todas as necessidades básicas da vida, e o capital social é valorizado e preservado;
- As economias estão estruturalmente transformadas para criar crescimento comum através do empreendedorismo e empregos decentes para todos
- Agricultura modernizada para uma capacidade de produção multiplicada, produtividade melhorada e acréscimo de valor, através de transformação de produtos de base e serviços e que contribui para a prosperidade nacional e do agricultor e para a segurança alimentar e nutricional; e

- O continente incorpora principalmente processos de adaptação para manter ecossistemas saudáveis, preservar o ambiente natural africano – como a maior reserva remanescente de águas cristalinas, florestas antigas e terras do mundo.

Capítulo 3: Tomando cada aspiração como o ponto de partida, o capítulo apresenta uma análise exaustiva dos progressos e identifica alguns dos principais problemas e desafios que devem ser abordados no âmbito de cada uma das sete aspirações para se alcançar a visão delineada no capítulo 2. Embora reconhecendo o enorme progresso que o continente tem registado em todas as áreas, este capítulo resume igualmente as prioridades para acção.

Capítulo 4: Apresenta o quadro de transformação, incluindo as fundações, as principais metas e áreas prioritárias da Agenda 2063. Uma apresentação detalhada das Metas e estratégias Indicativas associadas às metas e prioridades pode ser vista no anexo 2 e 3 do Documento Técnico.

Figura 1

ASPIRAÇÕES, METAS E ÁREAS PRIORITÁRIAS DA AGENDA 2063 A NÍVEL NACIONAL

ASPIRAÇÃO	METAS	ÁREAS PRIORITÁRIAS
Uma África Próspera África, baseada no Desenvolvimento Sustentável e no Crescimento Inclusivo	Uma Qualidade de Vida Elevada, Qualidade de Vida e Bem-estar para todos os Cidadãos	• Empregos e rendimento • Pobreza e Fome • Segurança Social e protecção, incluindo Pessoas Portadoras de Deficiência • Habitações Modernas a preços acessíveis e serviços básicos de qualidade
	Cidadãos Bem-educados e Revolução de Competências apoiada pela Ciência, Tecnologia e Inovação	• Educação e Revolução de Competências impulsionada pela CTI
	Cidadãos Saudáveis e Bem nutridos	• Saúde e nutrição
	Economias transformadas	• Crescimento Económico Sustentável e Inclusivo • Manufactura impulsionada pela CTI, Industrialização e Acréscimo de valor • Diversificação Económica e Resiliência
	Agricultura Moderna para o Aumento da Produção e da Produtividade	• Produção Agrícola e Produtividade
	Economia Azul/ do Oceano para um crescimento económico acelerado	• Indústria de Recursos Marinhos • Operações Portuárias e Transportes Marítimos • Energia Marinha e Mineração
	Comunidades e Economias ambientalmente	• Padrões de Consumo Sustentáveis • Conservação da

ASPIRAÇÃO	METAS	ÁREAS PRIORITÁRIAS
	sustentáveis e resistentes aos impactos climáticos	Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais • Segurança do Abastecimento de Água • Resistência aos impactos climáticos e catástrofes Naturais • Energia Renovável
Um Continente Integrado, Politicamente Unida, com base nos Ideais do Pan-africanismo e Visão do Renascimento de África	Uma África Unida (Federal ou Confederada	• Quadros e instituições para uma África Unida
	Instituições Financeiras e Monetárias Continentais estabelecidas e funcionais	• Instituições Financeiras e Monetárias
	Infra-estrutura de Classe Mundial em toda a África	• Conectividade de Comunicações e Infra-estruturas; • Liberalização dos transportes aéreos e plena implementação da Decisão de Yamoussoukro • Comércio intra-Africano
Uma África de Boa Governação, Democracia, Respeito pelos Direitos Humanos e Estado de Direito	Valores democráticos, práticas, princípios universais dos direitos humanos, justiça e o estado de direito enraizados	• Democracia e Boa Governação • Direitos Humanos, Justiça e Estado de Direito
	Instituições capazes e liderança transformadora estabelecida a todos os níveis	• Instituições e Liderança • Desenvolvimento participativo e governação Local
Uma África Pacífica e Segura	Preservada a Paz, Segurança e Estabilidade	• Restabelecimento e *Manutenção* da Paz e Segurança
	Uma África Estável e Pacífica	• Estrutura institucional para instrumentos de paz e segurança da UA • Defesa, Segurança e

ASPIRAÇÃO	METAS	ÁREAS PRIORITÁRIAS
		Paz
	Uma APSA totalmente operacional e funcional	• Uma APSA totalmente operacional e funcional em todos os pilares
África, com uma Forte Identidade Cultural, Património Comum, Valores e Ética	Renascimento Cultural Africano preeminente	• *Valores e ideais do Pan-africanismo* • *Valores Culturais* e *Renascimento Africano* • *Património cultural, Empresas de Artes Criativas e Negócios*
Uma África cujo desenvolvimento é orientado pelas pessoas, contando especialmente com o potencial oferecido pela sua juventude e mulheres	Completa igualdade em todas as Esferas da Vida	• *Empoderamento da rapariga e da mulher* • *Violência Sexual e Discriminação*
	Juventude e Crianças envolvidas e empoderadas	• Empoderamento da juventude e Direitos da Criança
Uma África como um Forte e Influente Actor Global e parceiro	África como um parceiro importante nos assuntos globais e a coexistência pacífica	• Lugar de África nos Assuntos Globais • Parcerias
	África toma inteira responsabilidade pelo financiamento do seu desenvolvimento	• Mercados de Capitais Africanos • Sistemas Fiscais & Receita do Sector Público

O quadro de transformação reconhece a diversidade do continente, e salienta que cada região e/ou país, embora inspirado pelo mesmo conjunto de objectivos e metas irá desenvolver políticas e estratégias adaptadas às suas circunstâncias. A Agenda 2063, deixa portanto, um grande espaço de política para as regiões e/ou países desenvolverem um conjunto de políticas que melhor se adapte às suas circunstâncias particulares e peculiaridades para alcançarem aos objectivos e metas continentais.

Capítulo 5: Identifica os factores críticos de sucesso, bem com os factores de risco e mitigação para alcançar a Visão para 2063.

- **Os factores críticos de sucesso incluem**: mobilização de recursos africanos para financiar e acelerar a Transformação e a integração; Liderança transformacional a todos os níveis e em todos os domínios; Estados capazes de desenvolvimento com as instituições adequadas, políticas, recursos humanos, Sistemas e processos; mudança

de atitudes e mentalidades para reforçar os valores Pan-africanos de confiança, solidariedade, trabalho duro e prosperidade colectiva e utilizar os sucessos de África como base, experiências e melhores práticas; tomar a cargo a narrativa e marca de África, para garantir que esta reflecte as realidades, aspirações e prioridades continentais e a Posição de África no mundo; integrar a Agenda 2063 em todos os planos de desenvolvimento regionais e nacionais e; fortalecer e transformar as instituições nacionais, regionais e continentais e a forma como fazemos negócios, a fim de efectivamente liderar e conduzir a agenda da transformação e integração; aprender das experiências diversas únicas e comuns de vários países e regiões como base para estabelecer uma abordagem Africana relativamente a transformação de factores de risco que incluem: conflitos, instabilidade e insegurança; desigualdades económicas e sociais e; o crime organizado, tráfico de drogas e fluxos financeiros ilícitos; má gestão das diversidades; o extremismo religioso; falha de aproveitar o dividendo demográfico; escalada dos encargos causados pelas de doenças em África; os riscos de alterações climáticas e catástrofes naturais; e choques externos.

Capítulo 6: Fazer propostas sobre a implementação; monitorização e avaliação; financiamento; parcerias; capacidades de implementação; e comunicação e sensibilização

- Acordos de implementação e M&A: com base na necessidade de identificação de todos os intervenientes chaves na cadeia de resultados aos níveis continental, regional e nacional. Um diagrama de relacionamento de intervenientes enuncia os diversos papéis e responsabilidades na implementação, monitorização e avaliação.
- Estratégias detalhadas de financiamento são apresentadas e relacionadas com a realização de cada uma das aspirações, incluindo estratégias e processos amplas, como o Painel de Alto Nível para Fontes Alternativas de Financiamento (Presidente Obassanjo) e o Painel de Alto Nível para Fluxos Ilícitos (Presidente Mbeki).
- Parcerias: reorientar as parcerias de África em consonância com a ambiciosa agenda do continente para a transformação económica, política e social;
- Capacidades de implementação: olhar para o individuo, organização e a questões relacionadas com e ambiente político e favorável, em consonância com a agenda de transformação de África; e, finalmente,
- Comunicação e sensibilização: estratégias e actividades para estimular e mobilizar a população do continente numa base sustentada para alcançar os objectivos da Agenda 2063.

Visão geral da Agenda 2063 Versão Popular

6. A Versão Popular de Agenda 2063 deriva inteiramente do documento técnico apresentado acima e a sua finalidade é apresentar a Agenda 2063 em termos simples, de tal forma que possa ser entendida por Africanos de todas as classes sociais. O objectivo final é fazer com que todos os Africanos se interessem mais por ela, contribuindo assim para a sua divulgação, garantindo a sua apropriação e a mobilização total dos cidadãos africanos para apoiarem a sua implementação.

7. A Versão Popular estruturada nas seguintes secções

- ***Parte A***: Apresenta as vozes do povo Africano, expressa através das suas aspirações para o futuro. É apresentada a seguir uma visão geral das sete aspirações, recolhidas através de consultas com uma ampla base de intervenientes.

  - ✓ Uma África próspera com base no Desenvolvimento Sustentável e Crescimento inclusivo
  - ✓ Um Continente Integrado, Politicamente Unido e baseado nos ideais do Pan-africanismo e Visão do Renascimento de África
  - ✓ Uma África de boa governação, democracia, respeito pelos direitos humanos, justiça e estado de direito
  - ✓ Uma África uma tranquila e segura
  - ✓ Uma África com forte identidade cultural, património comum, valores e ética
  - ✓ Uma África onde o desenvolvimento é impulsionado pelas pessoas, que aproveita o potencial das suas mulheres e da sua juventude
  - ✓ África como um parceiro e actor global forte, unido, resiliente e influente

Parte B: Apresenta a resposta da Conferencia da União as vozes dos povos Africanos por um futuro melhor, conforme expressa através das sete aspirações. Entre outras questões, a Conferência aprova as aspirações dos povos e afirma que a Agenda 2063 é:

  - ✓ Um plano de endógena de África para transformação que aproveita as vantagens comparativas do continente como a sua história, cultura e recursos naturais
  - ✓ A visão do continente e roteiro para a sequenciação de planos sectoriais e normativos, nacionais, regionais e continentais e torná-los coerente
  - ✓ Um apelo à acção dirigido a todos os Africanos e pessoas de origem Africana
  - ✓ Um compromisso dos governos nacionais, regionais e continentais, liderança, instituições e cidadãos para agir, coordenar e cooperar para alcançar a visão.

Parte C: Identifica os Programas Emblemáticos Chave da Agenda 2063 com vista a iniciar a sua implementação

  - ✓ Erradicar a pobreza numa geração até 2025;
  - ✓ Iniciar uma revolução de competências ciência, tecnologia e inovação;
  - ✓ Transformar, aumentar e industrializar as nossas economias através da beneficiação de recursos naturais;
  - ✓ Consolidar a modernização da agricultura africana e do Agro-negócio através do aumento da produtividade e acréscimo de valor até 2025.

- ✓ Ligar África através de infra-estruturas de classe mundial, com um esforço concertado para financiar e implementar os grandes projectos de infra-estruturas em: Transporte: Energia e TIC
- ✓ Acelerar o estabelecimento de uma Zona de Comércio Livre Continental até 2017, um
  programa para duplicar o comércio intra-africano até 2022
- ✓ Apoiar os jovens como promotores do Renascimento de África
- ✓ Calar as armas até 2020, para tornar a paz uma realidade para todo o nosso povo e pôr fim a todas as guerras, conflitos civis, violações dos direitos humanos, catástrofes humanitárias e conflitos violentos para evitar o genocídio
- ✓ Paridade de Género nas instituições públicas e privadas até 2020 e a eliminação de todas as formas de discriminação de género nas esferas sociais, culturais, económicas e políticas.
- ✓ Introduzir um passaporte Africano, emitido pelos Estados-Membros, aproveitando a migração global para os passaportes electrónicos, iniciar a abolição de vistos para todos os cidadãos africanos em todos os países africanos até 2018.
- ✓ Consolidar uma África democrática e impulsionada pelas pessoas, através da aplicação universal do quadro normativo da Arquitectura de Governação Africana, e realizar eleições livres, justas e credíveis
- ✓ Reforçar a Voz Unida de África nas negociações globais, através de uma soberania conjunta
  Integração e o desenvolvimento de posições comuns africanas.
- ✓ Reforçar a mobilização de recursos domésticos através da criação de mercados de capital e instituições financeiras continentais e inverter os fluxos ilícitos de capital do continente.

Parte D: Identifica os Factores Críticos de Sucesso

- ✓ Mobilização de recursos Africanos para financiar e acelerar sua transformação e integração
- ✓ Liderança transformacional a todos os níveis e em todos os domínios
- ✓ Estados desenvolvimentistas com instituições, políticas, recursos humanos, sistemas e Processos adequadas.

- ✓ Mudança de atitudes e mentalidades para reforçar os valores Pan-africanos de auto- suficiência, solidariedade, trabalho árduo e prosperidade colectiva com base nos sucessos, experiências e melhores práticas Africanos
- ✓ Tomar a cargo a narrativa e marca de África, de forma a garantir a reflecção das realidades, aspirações e prioridades de África e a sua posição no mundo.
- ✓ Integração dos planos da Agenda 2063 em todos os planos de desenvolvimento nacional e regional
- ✓ Reforçar e transformar as instituições nacionais, regionais e continentais e a forma como fazemos negócios, a fim de efectivamente impulsionar e liderar a agenda de transformação e integração

- ✓ Aprender com as experiências diversificadas, únicas e comuns de vários países e regiões como base para criar uma abordagem africana de transformação

Actualmente, a versão Popular está em todas as quatro línguas oficiais da União Africana (Árabe, Inglês, Francês e Português). Existem planos para traduzir a versão popular em algumas das principais línguas africanas.

Visão Geral do Primeiro Plano de Implementação Decenal da Agenda 2063

8. O Primeiro Plano de Implementação Decenal da Agenda 2063 pretende:

   a. Definir as áreas prioritárias, estabelecer objectivos específicos, providenciar estratégias indicativas aos níveis nacional, regional e continental para os primeiros dez anos para cada uma das sete aspirações para a integração nas legislações nacionais.
   b. Definir acordos institucionais/ **grandes orientações políticas** sobre a forma como todas os intervenientes nacionais e continentais irão implementar, monitorizar e avaliar a implementação do plano; e
   c. Indicar as potenciais fontes de financiamento, as exigências de capacidade e estratégias para a comunicação com os cidadãos Africanos, com vista a garantir a apropriação e os resultados da Agenda 2063.

9. Como um subconjunto da Agenda de 50 anos, o Primeiro Plano de Implementação Decenal baseia a sua legitimidade no documento Técnico da Agenda 2063, cujas bases são: O Acto Constitutivo da UA, a Visão da UA, as Oito Áreas Prioritárias da Declaração Solene, as 7 Aspirações para 2063,os Quadros Regionais/Continentais e os Planos/Visões Nacionais. Ademais, reflecte a Posição Comum Africana sobre o Pós ODM e possui igualmente a flexibilidade para atender as emergentes ODM Pós 2015 sobre o Desenvolvimento Sustentável.

10. A selecção das áreas de enfoque nos primeiros dez anos foi influenciada pelo seguinte (i) a necessidade de inclusão de todos os projectos/iniciativas aceleradas, aprovados pelos Órgãos Deliberativos da UA em Malabo, em Junho de 2014; (ii) a necessidade de abranger os Quadros Continentais adoptados pela UA como o PIDA, o CAADP etc. que se enquadram nos primeiros 10 anos e além, (iii) as Decisões da UA – por exemplo, O Calar de Todas as Armas até 2020; e (iv) as áreas prioritárias dos planos nacionais e regionais que se enquadram nos próximos 10 anos.

11. O Primeiro Plano de Implementação de Dez Anos abrange todas as sete aspirações. A tabela 1 abaixo apresenta um formato truncado para fins ilustrativos. A cadeia/lógica de resultados é apresentada de tal forma que, sob cada aspiração, estão os objectivos associados, áreas prioritárias e metas para os níveis continental, nacional, regional se for esse o caso.

Tabela 1: Formato Truncado para Apresentação do Quadro do Plano

Aspiração: Uma África Próspera, Assente no Crescimento Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável		
Meta 5:Agricultura Moderna para uma maior produção e produtividade		
Área Prioritária (1)	Meta para 2023	Principais Acções do Processo/ Etapas da execução dos quadros da União Africana até 2023
Produção e Produtividade Agrícola	Nacional • Duplicar a Produtividade Agrícola • Reduzir as perdas pós-colheita até 50%	Nacional • Planos Nacional de Investimento Agrícola (PNIA) alinhados às Metas de Malabo até 2017 Regional • Consultas com os Estado-membros sobre o alinhamento dos PNIA nos Objectivos de Malabo, previstas para 2016/2017
Estratégias Indicativas • Implementar o Quadro de Resultados do CAADP Revisto até 2025		

12. O **quadro lógico** em que o plano se baseia é: (i) o nível de cumprimento dos objectivos no âmbito de uma área prioritária irá determinar o nível de realização dessa área prioritária (ii) o nível de realização das áreas prioritárias no âmbito de um objectivo, irá determinar o nível de realização do objectivo (iii) o nível de consecução dos objectivos sob uma aspiração irá determinar o nível de realização dessa aspiração e por fim, (iv) o nível de realização das aspirações irá determinar o nível de realização da Visão da UA de **uma África integrada, próspera e pacífica, impulsionada pelos seus próprios cidadãos e que representa uma força dinâmica na arena global**, até ao ano 2063.

13. **Os Factores críticos de sucesso** identificados para o sucesso da implementação incluem: liderança e compromisso político; Estado desenvolvimentista capaz; participação, inclusão e capacitação dos cidadãos e orientação para resultados. No que concerne aos riscos encontramos: conflitos, instabilidade e insegurança, não aproveitar o dividendo demográfico; risco climático, catástrofes naturais e choques externos. Estratégias de mitigação sob a forma de (i) inclusão de intervenções correctivas no quadro de resultados da Agenda 2063 (ii) incorporação/ atribuição das responsabilidades na atribuição de responsabilidades/responsabilização dos intervenientes no quadro de implementação e (iii) a capacidade de implementação já preparada e anexada ao plano (anexo 5).

14. **Os Princípios Chave do Quadro de Avaliação e Monitorização** visam orientar todas os intervenientes nas decisões e acções relativas à implementação, monitorização e avaliação. Estes princípios incluem: subsidiariedade no âmbito da atribuição de funções entre os níveis nacional, CER e continental;

responsabilização e transparência; participação, inclusão e integração e sensibilidade à diversidade.

15. **As Responsabilidades e relações dos intervenientes** foram mapeadas de tal forma que aos actores chave aos níveis nacional (governos, actores não-estatais, etc.), regional (CER e organismos profissionais e associações), continental (Órgãos deliberativos da UA, CUA, NEPAD, Parlamento Pan-Africano, BAD, UNECA etc.) foram atribuídas acções a serem realizadas, funções a desempenhar, a estrutura hierárquica na implementação, monitorização e avaliação do plano. Orientações detalhadas para esse efeito foram preparadas e anexadas ao plano (Anexo 1). Cronogramas generalizados de implementação para a execução do plano aos níveis continental, regional e nacional pelos vários intervenientes foram preparados e anexados ao plano (Anexo 2).

16. No que respeita à Capacidade de Desenvolvimento, necessidades de capacidade aos níveis nacional, regional e continental foram definidas em termos gerais, para as áreas de implementação, monitorização e avaliação. Uma Avaliação de Necessidades de Capacidade dos Estados-membros, Órgãos da UA/CER iniciará em breve e quando concluída, servirá como contribuição para o manual de implementação a todos os níveis.

17. Como parte do quadro de implementação, uma estratégia de comunicação foi desenvolvida para implementação aos níveis nacional, regional e continental. O objectivo é estimular a participação e apropriação por parte dos cidadãos Africanos.

18. A disponibilidade de financiamento é uma condição necessária para o sucesso da implementação da Agenda de 2063. Nesta perspectiva, foi preparada **Uma Estratégia de Mobilização de Recursos para Agenda 2063,** que se baseia no Estudo da NEPAD/UNECA para o financiamento do desenvolvimento. Este estudo identificou áreas chave que necessitam de financiamento para cada aspiração/objectivo/ área prioritária. No mesmo espírito, identificou potenciais fontes de financiamento para cada uma delas. O estudo proporcionou igualmente opções e processos que visam garantir que estas potenciais fontes são actualizadas aos níveis nacional, regional e continental. O estudo apresentou igualmente recomendações sobre as medidas de facilitação para a criação de mercados de capitais/financeiros nos Estados-membros, que devem ser implementadas no quadro do processo de integração na legislação e execução do Primeiro Plano Decenal.

Recomendações

19. Tendo em conta a natureza participativa e orientada para o cidadão, do processo de desenvolvimento da Agenda 2063, bem como os debates dos Estados-membros durante as reuniões dos Órgãos Deliberativos da UA e do

Retiro Ministerial de Bahir Dar, os seguintes documentos serão recomendados para adopção pelos Órgãos Deliberativos da UA:

a. O Documento-quadro da Agenda 2063; e
b. A Versão Popular da Agenda 2063;

20. Dada a importância da Agenda 2063 para a transformação socioeconómica do continente, os organismos continentais e regionais, bem como os Estados-membros devem ser solicitados a prosseguirem com a internalização da Agenda 2063 e a sua integração nas suas respectivas Iniciativas e Planos;

21. Atendendo à necessidade de assegurar a execução eficaz e assegurar igualmente que todos os principais intervenientes tenham conhecimento dos seus respectivos papéis e responsabilidades, o Primeiro Plano Decenal de Implementação da Agenda 2063 deve ser encarado como trabalho em curso e deve-se solicitar à Comissão no sentido de iniciar consultas aprofundadas com os principais intervenientes, incluindo as Comunidades Económicas Regionais, os Peritos Sectoriais e os Peritos de Planificação dos Estados-membros com vista a enriquecer e finalizar o mesmo, de modo a ser submetido durante as reuniões de Junho de 2015 dos Órgãos Deliberativos da UA.

22. As outras recomendações saídas da reunião de consulta com os Estados insulares africanos sobre a Agenda 2063 são:

a. A Comissão deve continuamente e de forma sistemática trabalhar mais com os Estados insulares africanos para garantir que os seus problemas e preocupações sejam adequadamente integrados em todos os quadros continentais para o desenvolvimento político, social, cultural e económico.

b. Estabelecer um mecanismo de monitorização, tal como o Fórum dos Estados insulares sobre a Agenda 2063 a nível ministerial e técnico, a ser realizado anualmente, para permitir consultas contínuas dos Estados insulares sobre a Agenda 2063;

c. Facilitar o acesso dos Estados insulares ao financiamento, incluindo no âmbito da Estratégia de Mobilização de Recursos da Agenda 2063, bem como mecanismos adequados para facilitar o acesso de todos os Estados insulares a fundos para o Clima até 2020;

d. Reforçar as capacidades dos Estados insulares de implementação, monitorização e avaliação da Agenda 2063, e garantir a aprendizagem mútua e o intercâmbio com outros Estados-membros do continente; e

e. Garantir que a concepção, implementação, monitorização e avaliação dos Programas Emblemáticos da Agenda.

SC13731
AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone +251115-517700 Fax : +251115- 517844
Website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Vigésima Sexta Sessão Ordinária
23 - 27 Janeiro 2015
Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/868(XXVI)B
Original: Inglês

RELATÓRIO DA 2ª REUNIÃO DO COMITÉ MINISTERIAL DE BAHIR DAR DE ACOMPANHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS DECISÕES DO RETIRO MINISTERIAL DE BAHIR DAR E DA AGENDA 2063

13 - 14 de Dezembro de 2014
Centro de Convenções de Sandtton, Joanesburgo, África do Sul

RELATÓRIO DA 2ª REUNIÃO DO COMITÉ MINISTERIAL DE BAHIR DAR DE ACOMPANHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS DECISÕES DO RETIRO MINISTERIAL DE BAHIR DAR E DA AGENDA 2063

13 - 14 de Dezembro de 2014

Centro de Convenções de Sandtton, Joanesburgo, África do Sul

I. INTRODUÇÃO

1. O Comité Ministerial de Bahir Dar de Acompanhamento da Agenda 2063 realizou a sua 2ª Reunião na República da África do Sul nos dias 13 e 14 de Dezembro de 2014. A reunião foi presidida por S.E., o Digníssimo senhor Simbarashe Mumbengegwi, Presidente da SADC. O Comité[1] foi estabelecido por ocasião do Retiro do Conselho Executivo reunido nos dias 25 e 26 de Janeiro de 2014, em Bahir Dar, com o objectivo de acompanhar os resultados do Retiro e providenciar orientação sobre o desenvolvimento e a implementação da Agenda 2063.

2. A segunda reunião de Comité Ministerial de Acompanhamento de Bahir Dar foi precedida por uma reunião de Coordenação entre a Comissão da UA, as Comunidades Económicas Regionais, a Comissão Económica das Nações Unidas para África e o Banco Africano de Desenvolvimento, realizada a 12 de Dezembro de 2014, no Centro de Convenções de Sandton, que centrou-se nos desenvolvimentos em torno da agenda africana de integração e da Agenda 2063.

II. PRESENÇAS

3. Os seguintes Estados-membros que participaram na reunião: Argélia, Angola, Camarões, Chade, Etiópia, República Democrática do Congo, Gana, Mauritânia, Ruanda e o Zimbabwe. A Presidente da Comissão da União Africana, o Secretário Executivo da Comissão Económica das Nações Unidas para África, o Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento e o Director-geral da Agência de Coordenação e Planificação do NEPAD também comparecem na reunião na qualidade de membros do Comité.

4. A reunião contou também com a participação dos representantes dos Presidentes, assim como dos Executivos das seguintes Comunidades Económicas Regionais. Também participaram como membros plenos do Comité: COMESA, EAC, IGAD, SADC e CEDEAO.

---

[1] O 1º Comité Ministerial de Bahir Dar de Acompanhamento da Agenda 2063 consistiu de Ministros dos Negócios Estrangeiros da Argélia, Angola, Camarões, Gana e Ruanda assim como dos Presidentes das CERs, do Presidente Cessante e Presidente eleito do Conselho Executivo, da Presidente da Comissão da U, do Presidente do ADfB, o PCA da Agência da NEPAD e dos Secretários Executivos das Comunidades Económicas Regionais. A composição do Comité será revista de dois eme dois, a fim de permitir rotatividade, continuidade e equilíbrio regional.

III. DELIBERAÇÃO

Ponto 1 da Agenda
AGENDA 2063

5. O processo de desenvolvimento de um quadro abrangente ao continente e estratégico de cinquenta anos, Agenda 2063, aproxima-se a sua conclusão, tendo o Comité notado as consultas com a Conferência de Alto Nível de Órgãos Nacionais de Planificação em África, com Grupos Africanos Religiosos e os Estados Insulares, bem como os resultados das reuniões Técnicas e Ministeriais organizadas pelo CUA na sequência da Cimeira de Malabo de 2014. Todas as contribuições provenientes dessas reuniões, incluindo as outras contribuições por escritas ou baseadas na internet foram integradas no Documento Técnico e na Versão Popular relativa à Agenda 2063; acompanhadas por contribuições adicionais por escrito prestadas pelos Estados- membros, que atingiu o total de 13 submissões prestadas pelos Estados-membros (Argélia, Egipto, Etiópia, Gana, Quénia, Maurícias, Namíbia, Nigéria, Seychelles, África do Sul, Tunísia, Zimbabwe e Zâmbia).

6. O trabalho está em curso, relativamente aos preparativos em torno do Primeiro Plano de Implementação de uma Década, do Quadro de Monitorização e de Avaliação e de uma formulação do projecto mais detalhada dos Programas e Iniciativas emblemáticas relativa à Agenda 2063. A reunião dos peritos e técnicos do sector será realizada no princípio de 2015, com vista a validar o Primeiro Plano de Implementação de uma Década, com as contribuições prestados pelas CER e pelos peritos dos 6 agrupamentos.

7. O Comité Ministerial, com base nos resultados das deliberações da reunião de coordenação entre a CUA/ECA/ADB/CER, recomendou que:

i.) A Agenda 2063 (Quadro e Versão Popular) deve ser submetida aos Órgãos de Políticas da UA para a sua aprovação durante a reunião de Janeiro de 2015, com vista a assegurar o arranque da implementação. Notou-se que as aspirações que servem de base da Agenda 2063 já foram aprovadas;

ii.) Os peritos provenientes de diversos sectores da CER devem reunir-se com o objetivo de rever, de modo abrangente, o Quadro de Agenda 2063 e o Plano de Uma Década e submeter o relatório de balanço sobre a conclusão do plano de implementação de uma década para a próxima reunião de coordenação entre a CUA/Comissão Económica para África (ECA), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), CER. Essa reunião de análise deve ser precedida por uma reunião técnica a ter lugar antes de Março de 2015;

iii.) Apresentar aos Órgãos de Políticas em Janeiro, o progresso alcançado relativamente o Primeiro Plano de Implementação de uma Década, bem como o roteiro para a sua conclusão.

iv.) Todas as entidades continentais, regionais e nacionais são solicitadas no sentido de integrarem a Agenda 2063 nos seus planos, notou-se ainda que algumas CER e Estados- membros já deram início a esse processo;

v.) CUA/Comissão Económica para África (ECA)/CER devem organizar uma reunião com os Órgãos de Comunicação sobre a divulgação da Agenda 2063.

Ponto 2 da Agenda

QUESTÕES EMERGENTES CONCERNENTE AO MELHORAMENTO DO TRABALHO DA UNIÃO

a) Preparativos relativo à Cimeira de Janeiro de 2015

8. A Comissão da UA apresentou uma breve actualização sobre o progresso alçando em torno da reforma na realização das Cimeiras da UA de Chefes de Estado e de Governo, conforme mandatada pela Cimeira de Malabo. A reforma está relacionada, entre outras questões, em particular, com a redução do tempo alocado às cerimónias de abertura através da minimização do número de oradores e a redução do número e da periodicidade das intervenções dos oradores convidados.

9. A Comissão propôs que, durante a Cerimónia de Abertura, os oradores sejam limitados ao Secretário-geral das Nações Unidas, caso compareça pessoalmente, os Presidentes cessante e sucessor da UA, bem como a Presidente da Comissão da UA. Quanto aos demais oradores que geralmente fazem o uso da palavra durante a Conferência, propõe-se a realização de uma sessão aberta no segundo dia de trabalho, de modo a permitir que o Presidente da Palestina e o Secretário-geral da Liga dos Estados Árabes, caso compareçam pessoalmente, profiram os seus discursos na Conferência. Os discursos devem ser breves para permitir a alocação de mais tempo para o debate em torno das questões. A Comissão solicita o apoio da Reunião relativamente a essa proposta com vista a tornar as Cimeiras mais focalizadas, productivas e eficientes.

b) Estudo comparativo concernente ao melhoramento dos Métodos de Trabalho da UA

10. O Comité notou o progresso alcançado relativamente à actual situação do Estudo Comparativo concernente ao melhoramento dos Métodos de Trabalho da UA. Foi elaborada uma análise comparativa com os métodos de trabalho da União Europeia. De seguida, será elaborado um estudo dos métodos de trabalho da ASEAN, EAC e da CARICOM. O Estudo Comparativo sobre os Métodos de Trabalho

da UA é um passo crucial rumo a transformação das estruturas e dos órgãos da UA que visa reflectir a visão da Agenda 2063. A esse respeito, as reformas estruturais e organizativas da Comissão da UA e dos demais órgãos devem reflectir as metas e os projectos de integração da Agenda 2063.

11. Existe a necessidade para uma reflexão e debate sistemático sobre as actuais prácticas e deliberações das Cimeiras da UA. As sessões devem permitir que os Chefes de Estado e de Governo discutam exaustivamente as questões urgentes e pertinentes para o continente, portanto, deve-se ponderar a possibilidade da redução do número de oradores convidados. As recomendações e as alterações relativamente à realização das Cimeiras devem ser objecto de uma reflexão mais profunda durante a Cimeira de Junho, seguida de uma implementação concreta no futuro.

12. Com base no debate mantido pelo Comité, foram recomendadas as seguintes medidas:

i.) O estudo sobre o melhoramento dos métodos de trabalho da UA deve analisar a restruturação dos órgãos e das instituições da UA com vista a reflectir a Agenda 2063 e a implementação dos planos e projectos, ser apresentado em matriz das melhores práticas selecionadas baseado nas organizações que forem objecto de estudos. O relatório final deve ser apresentado à Cimeira de Junho de 2015;

ii.) Ademais, a Comissão da UA deve realizar revisões da UA semelhantes em torno da implementação da Agenda 2063, em cada cinco anos, em conformidade com o Relatório do Painel de Alto Nível de 2007;

iii.) O processo de revisão dos métodos de trabalho deve ser acelerado e concluído com vista a garantir sinergias e coesão a nível da União;

iv.) A Reunião endossou a proposta da Comissão para a organização de um retiro autónomo do Conselho Executivo entre Janeiro de 2015 a Junho de 2015 com vista a analisar essa e outras questões pertinentes.

c) Revisão das Parcerias

13. A Comissão da UA informou o Comité que a Revisão das Parcerias ainda está em curso. Essa revisão está a ser objecto de melhorias a medida que se registaram melhorias à visão e às prioridades da UA. Existe uma perspectiva de consolidar cada parceria através de programas conjuntos relativamente a uma prioridade continental identificada essencial para a integração, ao invés da elaboração de uma matriz prolongada de questões sem impacto ou recursos para a implementação. A totalidade da revisão das parcerias, incluindo as recomendações, será apresentada durante a Cimeira de Junho de 2015 para debate. A Revisão das Parcerias deve ainda abranger os mecanismos de aperfeiçoamento, de execução e de aplicação das decisões da UA já existentes, por exemplo, a Formula de Banjul.

14. O Comité concordou sobre os princípios da titularidade africana da Agenda 2063 e que compete aos países africanos assumir a responsabilidade primária pela sua implementação. O Comité sublinhou ainda a importância da existência de uma parceria internacional firme baseada no princípio de respeito e de benefício mútuo, em conformidade com as prioridades africanas.

15. A reunião recomendou:

i.) que o Comité apelasse a todos os parceiros africanos, incluindo o Sistema das Nações Unidas, no sentido de reorientarem a sua cooperação mediante as metas de transformação e com as ambições da Agenda 2063;

ii.) o enfoque da necessidade de um mecanismo de acompanhamento e de monitorização rigoroso que visa fazer o balanço na implementação dos compromissos assumidos pelos parceiros de África no processo que resulta na concretização dessa Agenda;

iii.) que a Revisão das Parcerias seja incluídas na agenda do Retiro do Conselho Executivo proposto, a ser realizada depois de Janeiro para fins de acompanhar as questões que serão objecto de debate durante a Cimeira de Junho.

Ponto 3 da Agenda
QUESTÕES PERTINENTES SOBRE A INTEGRAÇÃO

16. O Comité recebeu informações actualizadas relativamente às questões pertinentes sobre a integração, em particular, os projectos de infra-estruturas emblemáticos, cruciais para a Agenda 2063, nomeadamente:

a) Rede Integrada de Caminho-de-Ferro de Alta Velocidade;
b) Projecto da Grande Barragem Hidro Eléctrica de Inga
c) Mercado Africano de Aviação Único
d) Espaço Exterior, e
e) A Rede electrónica Pan-africana

17. A integração regional requer infra-estruturas de confiança que servem de catalisadores para a livre circulação de pessoas, de bens e de serviços, bem como para o comércio e investimento. Os países devem engajar-se na construção de infra-estruturas para conectar a África, mobilizar recursos através de empréstimos e de assistência, incluindo aproveitar as actuais ofertas de um modo eficiente, em particular com a participação do sector privado.

a) Rede Integrada de Caminho-de-Ferro de Alta Velocidade (HSTN)

18. O Comité notou o progresso alcançado durante a fase de exploração do projecto desde a Cimeira de Malabo de Junho de 2014, incluindo as questões

institucionais, tais como o Quadro Técnico Principal relativo à HSTN, bem como o trabalho em curso em torno do MdE entre a UA e China na qualidade de parceiro estratégico e a Equipa de Trabalho que compreende a CUA, PIDA/NEPAD, UNECA, BAD e CER. Relativamente às questões substantivas, foi adoptado um roteiro e elaborada uma posição africana para orientar as relações com os parceiros estratégicos, foi também realizada uma visita técnica ao complexo *Transnet Engineering* na África do Sul – fábrica de locomotiva; elaboração de um relatório a respeito do quadro jurídico-legal, escolha de tecnologias, conteúdo local, mapeamento das rotas, questões financeiras, TdR do estudo de alto nível, etc.

19. O Comité concordou que a Rede de Caminho-de-Ferro de Alta Velocidade tratava-se de um grande projecto de sonho, que caso seja implementado integralmente contribuirá, de modo significativo na transformação do continente e a esse respeito o Comité apoia cabalmente os esforços da Comissão e apela a todos os países no sentido de replicarem esses esforços. Em adição a conectividade, o projecto oferece também grandes benefícios nas áreas de transporte, turismo, fabrico, comércio, emprego, desenvolvimento de competências, pesquisa e desenvolvimento.

20. O estabelecimento de parcerias é importante para satisfazer as necessidades de infra-estruturas de África. Nesse contexto, o Comité endossou os actuais debates entre a CUA e China que visam a conceber um MdE sobre o HSTN, incluindo outros projectos de infra-estruturas, nomeadamente, rodovias, caminho-de-ferro, aviação e a industrialização (RRAI).

21. O Comité, perante os diversos projetos nacional e regional de infra-estruturas, recomentou:

i.) Seria pertinente que os Ministros dos Transportes reúnam-se com o objectivo de alinharem as iniciativas em curso nacional e regional em matéria de infra-estruturas;

ii.) O Comité sublinhou a necessidade de liderança, coordenação e recursos de qualidade que devem ser reunidos para a prestação eficaz de projectos de infra-estruturas;

iii.) O Comité notou que o papel da CUA é o de facilitar o processo e compete aos Estados-membros a responsabilidade de aproveitar a oportunidade apresentada. Recomenda-se que a CUA facilite a realização de diálogos estruturados a nível nacional com vista a acelerar a implementação das decisões da Cimeira.

b) O Projecto da Grande Barragem Hidroeléctrica de Inga e a Harmonização dos Quadros Regulatórios de Energia

22. O Comité saudou a Comissão pelas iniciativas no domínio de energia e de infra-estruturas e encorajou a Comissão no sentido de redobrar os seus esforços. O

sector energético é crucial nos esforços de desenvolvimento e o fenómeno de cortes de energia registados extensivamente em muitos países causa perturbações no crescimento económico. O Comité, no entanto, saudou a Presidente da CUA pela sua visão e liderança que promove os projectos energéticos e de infra-estruturas.

23. O Projecto da Grande Barragem Hidroeléctrico de Inga é um projecto continental de longa data, que tem por objectivo a produção de energia no quadro continental de regulamento harmonizado para o Sector Energético. A fase de estudo de viabilidade de INGA 3 foi concluída e existe acordo entre os três principais intervenientes a respeito das suas necessidades financeiras e das contribuições a serem prestadas por cada interveniente: O sector privado 4.6 bilhões $EU; RDC 3.43 bilhões $EU, África do Sul 2 bilhões $EU. Um factor crucial foi a resolução da questão sobre a governação e colocação do projecto no quadro regional. Várias instituições financeiras estão interessadas no projecto e aguardam por uma solução a essas questões.

24. Actualmente existem seis quadros reguladores (SADC, CEDEAO, EAC, etc.) e alguns países não pertencem a qualquer um desses. Acima disso, vários países estão em vias de instituir quadros nacionais reguladores. Por tanto, existe a necessidade de harmonizar e integrar os quadros reguladores.

25. O Comité apoia as iniciativas propostas rumo a harmonização do quadro regular através de:

i.) Um relatório de avaliação a respeito dos quadros reguladores existentes a todos os níveis, incluindo as lacunas, fraquezas e oportunidades, no sector energético, bem como as melhores práticas relevantes a nível do continente e do mundo;

ii.) Início de consultas com as CER, Centros Regionais de Electricidade, ADB, ECA e as Associações dos Quadros Regionais Reguladores com vista a conceber orientações para o quadro regulador regional e continental harmonizado.

26. O Comité recomenda que:

i.) Perante o grande número de projectos de infra-estruturas a nível nacional e regional, devem-se envidar esforços para alinhar as iniciativas regionais e nacionais no domínio de infra-estruturas. A esse respeito, deve-se organizar uma reunião dos Ministros do Transporte com a maior brevidade possível no sentido de alinhar as iniciativas de infra-estruturas em curso;

ii.) Deve-se reunir a liderança de qualidade, coordenação e recursos com vista a garantir o rápido progresso na implementação e entrega eficaz dos projectos de infra-estruturas, através da arquitectura institucional PIDA;

iii.) A CUA deve facilitar o processo e compete aos Estados- membros assumir a responsabilidade de aproveitar as oportunidades apresentadas;

iv.) A CUA deve facilitar a realização de diálogos estruturados a nível nacional no sentido de acelerar a implementação das decisões da Cimeira.

c) Mercado Africano de Aviação Único

27. A aviação é um sector estratégico, crucial na aceleração da integração regional que contribui para a transformação estrutural do continente. Um estudo AAFRA em torno de 12 países revela que a liberalização do transporte aéreo resultaria na geração de 150.000 postos de trabalho nos sectores da aviação e de turismo e contribuiria um montante de 1.2 bilhões de dólares americanos para o PIB desses países. Ademais, os benefícios incluem a redução dos custos de viagens, o aumento das ligações entre as cidades africanas e os centros comerciais, resultaria, de igual modo, no aumento de investimento e de oportunidades de comércio entre os países africanos.

28. Por ocasião da adopção da decisão de Yamoussoukro, as linhas aéreas africanas detinham uma comparticipação do mercado africano de 60%. Contudo, essa comparticipação baixou para 20% em 2014, devido à não implementação. Existe ainda a possibilidade de perdas adicionais a menos que sejam tomadas medidas, que resultaria na falência de várias linhas aéreas africanas. Actualmente, 24 dos países africanos possuem acordos “céus abertos” com linhas áreas estrangeiras, enquanto não existem acordos semelhantes entre os países africanos. Ademais, as linhas áreas estrangeiras beneficiam geralmente de melhores facilidades e taxas nos aeroportos.

29. O Comité recomenda que:

i.) O Conselho Executivo deve reafirmar o seu apoio para o estabelecimento do mercado africano de transporte aéreo único, em conformidade com a Declaração e Decisão de Yamoussoukro, e, submeter o assunto para debate durante a Cimeira de Janeiro de 2015;

ii.) Os Membros do Comité comprometeram-se em promover essa questão a nível dos seus países e regiões;

iii.) A Comissão da União Africana deve elaborar e submeter a apreciação da Cimeira uma proposta clara do roteiro para o sector da aviação africana.

d) Espaço Exterior

30. O espaço exterior é de importância crucial para o desenvolvimento do continente em todos os domínios, nomeadamente a agricultura, a gestão de calamidades, a teledeteção, a previsão climática, a banca e finanças, bem como a defesa e segurança. O acesso aos produtos de tecnologia espacial por parte de África deixou de ser uma questão de luxo. Existe a necessidade de acelerar o acesso a essas tecnologias e produtos. Novos desenvolvimentos em tecnologias satélites tornam esses produtos muito acessíveis aos países africanos. A reunião de Brazzaville sobre tecnologia espacial aérea sublinhou a necessidade de políticas e estratégias adequadas tendentes a desenvolver mercados regionais para os produtos espaciais.

31. O continente deve reforçar o capital humano nas áreas de tecnologias espaciais como parte da revolução continental de competências e mobilizar as universidades. A esse respeito, notou-se que a África do Sul foi designada para acolher o Instituto Pan- africano de Ciências Espaciais.

32. O Comité notou com preocupação as iniciativas em curso que visam aprovar uma resolução para a restrição do lançamento de satélites adicionais devido ao congestionamento no espaço exterior. Os países africanos devem resistir a essa iniciativa porque não são responsáveis pela actual situação. Essa resolução, caso seja aprovada, afectará severamente a habilidade dos países africanos de beneficiar das actividades do espaço externo. A esse respeito, os países africanos devem actuar em uníssono.

33. O Comité exortou ainda que os esforços sejam envidados no sentido de ajudar a resolver as actuais dificuldades de RASCOM.

e) Rede Electrónica Pan-africana

34. Esse projecto foi lançado por iniciativa do Governo da Índia, cuja fase inicial durou 5 anos e foi concluída em Julho de 2014, tendo sido prorrogada por um período adicional de 2 anos até 2016, nessa altura deverá ser completamente da titularidade dos países africanos. O projeto teve algum impacto, a rede está actualmente instituída em 48 Estados-membros que assinaram o acordo para o uso da rede. Cerca 16.700 estudantes registaram-se via internet para estudar em várias universidades da Índia.

35. Foi realizado um estudo de sustentabilidade que apresenta duas opções: (i) Os Estados-membros devem possuir e subsidiar as operações e a manutenção da rede; (ii) contractar uma entidade privada para operar a rede – isto pode ser dispendioso e não lucrativo durante os primeiros anos. Foi concebido um Plano de Acção com o objectivo de submetê-lo para aprovação da Cimeira de Janeiro de 2015. O Projecto não atraiu o financiamento dos parceiros e existe um défice financeiro de 230.000$EU para 2015.

36. O Comité, no entanto, recomenda ao Conselho Executivo:

i.) Solicitar aos Órgãos no sentido de aprovar o orçamento de 230.000$EU requerido.

ii.) A CUA deve assumir a liderança de alguns projectos cruciais tendo em consideração que os parceiros provavelmente estejam indisponíveis para financiar alguns projectos estratégicos, em particular, as actividades preparatórias. Nesse sentido, deve haver uma mudança de mentalidade.

Ponto 4 da Agenda
EBOLA

37. O Comité recebeu uma informação actualizada apresentada pela Comissão da UA a respeito da resposta continental e da UA sobre a Doença provocada pelo vírus Ébola em partes da África Ocidental. Na sequência da realização da Reunião do Conselho Executivo de Emergência de 8 de Setembro de 2014, o Comissário para os Assuntos Sociais e a Presidente da CUA visitaram os três países afectados, tendo realçado a necessidade da intensificação do envio de profissionais de saúde ao abrigo da ASEOWA. A Presidente da CUA enviou uma carta a todos os Chefes de Estado e de Governo a solicitar a disponibilização de pessoal médico para integrarem a missão de ASEOWA. Alguns países responderam de forma positiva, tendo iniciado o envio de profissionais de saúde proveniente de alguns Estados-membros. A Nigéria, a Etiópia, a RDC e o Quénia enviarão pessoal médico em Dezembro e Janeiro. De igual modo, a Comissão convocou uma mesa redonda empresarial e as empresas africanas apoiaram os esforços da UA para angariar recursos para a intensificação desses esforços.

38. A Presidente da Comissão levantou as preocupações a respeito da implementação das decisões do Conselho Executivo de Emergência de Setembro de 2014, e a questão que as linhas aéreas africanas, com excepção a *Air Ivoire* e *Royal Air Maroc*, ainda não retomaram os seus voos para os países afectados. A Presidente da CUA lamentou as proibições de viagens e a estigmatização dos cidadãos dos países afectados, bem como o impacto causado no funcionamento de algumas instituições da UA.

39. O Comité encorajou a Comissão no sentido de enviar recordatórios regularmente aos Estados-membros para o cumprimento das suas promessas e compromissos em prol da luta contra a Ébola.

Ponto 5 da Agenda
SILENCIAR AS ARMAS

40. A Comissão da UA informou que está a ser concebido um projecto do plano de acção rumo a implementação da decisão relativa à Declaração de Aniversário de

2013 do continente relativamente ao silenciar das armas até 2020, com base na análise das tendências de conflito, em particular, a pobreza, a exclusão social e política e o extremismo. O Plano de Acção também focaliza a questão sobre a circulação ilícita de armas, transferência ilícita de capitais para e a partir do continente, bem como um dos principais factores de conflitos violentos, a extracção ilegal de recursos naturais.

41. A reunião recomendou que:

i.) A Comissão da União Africana submetesse ao Comité de Representantes Permanentes (PRC) o documento de Plano de Acção após a sua conclusão e que o submetesse, a posterior, ao Conselho Executivo para debate e reflexão.

Ponto 6 da Agenda
ELEIÇÕES EM ÁFRICA DURANTE 2015

42. A Comissária da UA para os Assuntos Políticos, Dr. Aisha L Abdullahi apresentou os quadros de democracia e o mandato de eleição, derivados de vários instrumentos e direccionados para promover a democracia, o estado de direito e direitos humanos no continente. A Comissária apresentou à reunião uma informação actualizada sobre o programa de democracia e eleições, que centra-se nas áreas de: observação eleitoral que inclui missões de observação eleitoral de longo e curto prazo, missões de avaliação pré-eleitoral, bem como a capacitação institucional.

43. Durante 2015, haverá dezanove (19) eleições no continente, 11 entre as quais são consideradas sensíveis. O ano de 2015, por essa razão, é considerado como um teste importante para os processos democráticos de África. A Comissão, no entanto, carece do apoio dos Estados-membros, primeiro, no financiamento das missões de avaliação e observação, e, em segundo lugar, na disponibilização de observadores.

44. Durante o debate em torno do relatório, o Comité notou a necessidade de vigilância durante o ano de modo a assegurar que a situação seja monitorizada rigorosamente, reagir de modo adequado e atempado, bem como enviar o Painel de Sábios onde for necessário. O Comité realçou a necessidade de interrogar a presunção que as eleições resolvem automaticamente as clivagens subjacentes nos domínios de governação, socioeconómico e politico, que resultam em conflictos.

45. O Comité teceu as seguintes recomendações:

i.) Com base nas experiências de observação eleitoral registadas até à presente data, existe a necessidade de revisão dos mecanismos de observação eleitoral, incluindo, o estabelecimento de uma estrutura de observação eleitoral permanente a nível da Comissão da UA, a coordenação entre as diversas instituições, que visa verificar as alegações registadas durante as eleições, munida de documentação

adequada e de meios de comunicação sustentáveis com o Comité de Representantes Permanentes (PRC) e com o Parlamento Pan-africano (PAP);

ii.) Torna-se pertinente conceber a independência financeira do continente para a execução desse programa. Importa salientar que a Algéria foi o único interveniente africano que contribui no processo de observação eleitoral com recursos financeiro.

Ponto 7 da agenda
2015 ANO DE CAPACITAÇÃO E DE EMPODERAMENTO DA MULHER RUMO À AGENDA 2063

46. A Comissão apresentou a Nota Conceptual relativamente ao tema 2015, que realça as seguintes questões:

a) Existe um elevado nível de consenso e evidência dos benefícios sociais baseados na igualdade do género e no empoderamento de mulheres, nas famílias, nas comunidades, incluindo o aumento crescente dos benefícios económicos e do respeito pelos direitos das mulheres como direitos humanos. As sociedades com maior igualdade no género, de modo geral, são mais inclusivas e tolerantes no domínio socioeconómico. As lutas africanas pelos direitos das mulheres estão baseadas nos antecedentes de formações sociais do continente, incluindo, a existência de sociedades matriarcais fortes, e, o papel dos movimentos das mulheres desempenhados na luta contra a escravatura, o colonialismo e o apartheid. As mulheres africanas continuam a ser uma componente importante do movimento mundial de mulheres, bem como do seu papel na Conferência de Beijing sobre as Mulher realizada em 1995. O continente possui um conjunto de políticas e de instrumentos sobre a igualdade no género, de igual importância com a Declaração Solene sobre a Igualdade no Género, a Década Africana sobre a Mulher e o Protocolo sobre a Mulher.

b) O tema referente ao ano 2015 é, no entanto, significativo para o reforço das realizações do passado e para a resolução dos desafios que a África ainda enfrenta na tentativa de melhorar a vida das mulheres no continente. Os objectivos referentes ao ano de 2015 são:

i. Sensibilizar os homens e as mulheres sobre a necessidade do estabelecimento de um movimento decisivo progressivo sobre a igualdade do género e empoderamento das mulheres, na qualidade de orientador principal e as condições necessárias para a implementação da Agenda 2063;

ii. Garantir alterações tangíveis em áreas cruciais que causam um impacto no estatuto das mulheres africanas, incluindo, no domínio

da agricultura, empoderamento económico, participação na segurança e paz a nível nacional, regional e continental e na aprendizagem das melhores práticas.

c) A nota conceptual propõe também subtemas e estruturas de coordenação em torno das actividades do tema a todos os níveis.

47. A reunião discutiu e partilhou experiências sobre as modalidades de promover a agenda sobre o género, incluindo, as estratégias e programas concretos em curso aos níveis nacional e das CER. As estratégias incluem o papel do judiciário, algumas questões de caracter económico, nomeadamente o comércio além-fronteiras, a inclusão financeira, o fundo das mulheres africanas, a agricultura, o papel das quotas para aumentar a representação das mulheres; paz e segurança, violência baseada no género, igualdade de acesso aos serviços, bem como as questões sobre direitos, em particular, os direitos de terras e de herança, questões sobre a saúde da mulher e das mulheres em eleições; investimento na educação das raparigas e paridade no género na educação a todos os níveis. Existe o consenso generalizado que é importante haver o compromisso por parte da liderança à igualdade do género a todos os níveis, e, que deve-se tomar medidas com vista a sensibilizar as sociedades, para mudança de atitudes e eliminar as practicas culturais e religiosas nocivas.

48. O Comité concordou que as contribuições provenientes dos debates serão usadas para emendar e aperfeiçoar o documento do tema, e que todos os Estados-membros e as CER sejam encorajados no sentido de preparar os seus planos concretos referentes ao Ano da Mulher.

Ponto 8 da Agenda
CRIAÇÃO DE UMA PLATAFORMA AFRICANA ANUAL (QUESTOES DE POLÍTICA, NEGÓCIOS, SECTOR PRIVADO, ACADÉMICO, SOCIEDADE CIVIL)

49. A proposta para o estabelecimento dessa plataforma provém do Retiro de Bahir Dar. A Comissão apresentou um projecto da nota conceptual, que continha recomendações e acções de acompanhamento para apreciação. O Comité concordou sobre a implementação da plataforma, contudo, o Comité recomenda que a Plataforma, na sua fase embrionária, seja financiada na totalidade com recursos africanos. A esse respeito, propõe-se que a Fundação da UA seja o órgão financiador.

50. Com base na apresentação da comunicação, o Comité notou que as reflexões em torno da plataforma ainda estão em curso, tendo concordado que a questão seja objecto de debate após à finalização das reflexões.

Ponto 9 da Agenda
PROGRESSO RUMO AO ESTABELECIMENTO DA UNIVERSIDADE VIRTUAL

51. A Comissão da UA recordou a decisão da Comissão de avaliar o estado da actual Redes Universitárias e analisar os fundos necessários para estabelecer

centros que visam impulsionar a rede adiante. Tendo em conta os constrangimentos em termos de recursos, foram desenvolvidas poucas actividades. Contudo, uma equipa de trabalho de peritos foi constituída que contou com a participação dos Departamentos de Recursos Humanos, Ciências e Tecnologias e de Infra-estruturas e Energia da Comissão da UA, incluindo, as universidades à distância selecionadas existente no continente. A equipa reunirá pela primeira vez em Dezembro de 2014.

52. A reunião solicitou à Comissão da UA no sentido de submeter o relatório de avaliação à próxima Cimeira conforme solicitado pelos Chefes de Estado e de Governo durante a Cimeira de Malabo.

Ponto 10 da Agenda
PASSAPORTE AFRICANO

53. A Comissão da UA procedeu a apresentação do trabalho desenvolvido rumo à emissão do Passaporte Africano como sendo uma componente do processo de integração, com vista a facilitar a livre circulação das pessoas no continente.

54. O Comité concordou sobre a centralidade da introdução de um passaporte africano comum para a integração, a medida que o passaporte é considerado como um documento de soberania e de nacionalidade, bem como, um símbolo de diferenciação entre os africanos. Os debates em torno dessa questão devem levar em consideração outros factores continentais, nomeadamente, o mercado de trabalho, paz e segurança, identificar as modalidades de cooperação para o fortalecimento dessas áreas. Deve-se levar a cabo o trabalho de base para a introdução de um passaporte comum, em particular, ter em consideração os níveis de prontidão por parte dos Estados-membros para introdução de passaportes biométricos, incluindo, a harmonização das características do passaporte. O Comité notou que a CEDEAO teve êxitos na introdução de um passaporte comum, na livre circulação de pessoas e de bens, está actualmente a trabalhar com vista a abolir os requisitos de vistos de trabalhos. A experiência e o êxito da CEDEAO podem ser usados como um estudo de caso para o alcance de melhorias.

55. Com base no debate, o Comité recomendou:

i.) A Comissão da UA no sentido de manter contactos regulares com os intervenientes relevantes em matéria de imigração, tais como, os Ministros e Chefes de Serviços de Imigração;

ii.) A identificação de Chefes de Estado que possam actuar na qualidade de promotores das questões sobre a introdução do passaporte africano;

iii.) A necessidade de uma reflexão profunda a respeito do receio que os Estados-membros possam ter, em particular, no que tange as questões de segurança e de fraude. De igual modo, levantar essa questão a

nível das reuniões dos Ministros responsáveis pelo pelouro de Imigração e de Estatística Vital.

Ponto 11 da Agenda
PROGRESSO NO ESTABELECIMENTO DA ZONA DE COMÉRCIO LIVRE CONTINENTAL

56. A Comissão da UA procedeu a apresentação do Relatório de Balanço sobre o estabelecimento da Zona de Comércio Livre Continental. Com base na decisão e no roteiro adoptados pelos Chefes de Estado e de Governo, as negociações sobre a Zona do Comércio Livre Tripartida estão em fase muito avançadas, com a assinatura do Acordo prevista para ter lugar em Maio de 2015, no Egipto. As negociações em torno dos demais blocos regionais não estão previstas a breve trecho.

57. A Comissão da UA recordou a decisão da Cimeira de Malabo de Junho de 2014, que exortava a Comissão no sentido de lançar as negociações da ZCLC em 2015. Nesse sentido, a Comissão tomou medidas tendentes a instituir um Observatório Africano sobre o Comércio e um Conselho Empresarial, como elementos importantes na estrutura da ZCLC. A Comissão organizou também reuniões consultivas com algumas CER que devem ser extensivas as demais CER antes do lançamento da ZCLC. Estudos adicionais devem ser realizados com vista a garantir uma implementação adequada. A Comissão sublinhou ainda a importância da ZCLC para a promoção do comércio intra-africano.

58. A Comissão da UA solicitou orientação a respeito das seguintes áreas (a) alterações propostas à estrutura do Departamento baseado no seu novo mandato: (b) a inclusão ou não dos Ministros do Comércio na composição do Comité Africano de Alto Nível, (c) sobre a possível realização de um retiro conjunto do Comité de Acompanhamento de Bahir Dar e dos Ministros do Comércio para fins de harmonizar os aspectos políticos e técnicos da ZCLC e (d) avançar ou não com os países que já estejam prontos. A Comissário concluiu a sua intervenção realçando alguns dos elementos das negociações tais como o nível de liberalização, as negociações paralelas ou sequenciais em torno das negociações sobre os bens e serviços, livre circulação de pessoas bem como a necessidade urgente de buscar fontes alternativas de financiamento para o estabelecimento da ZCLC.

59. Após os debates em torno do relatório, o Comité recomendou que:

i.) Que CUA deve prosseguir com o lançamento das negociações da ZCLC em 2015 conforme agendado. Deve-se organizar debates conjuntos entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros e do Comércio, bem como realizar, eventualmente, um retiro. Contudo, a concretização dessa proposta não deve inibir o arranque dos processos das negociações.

ii.) Deve-se emular a experiência de algumas CER com vista a determinar e incluir, a comparticipação do comércio intra África e averiguar a actual dimensão do comércio intra-africano.

iii.) Relativamente à questão sobre a livre circulação de pessoas, deve-se incluir a população africana e as comunidades empresariais existentes em todo continente africano.

Ponto 12 da Agenda
DESENVOLVIMENTO DE UMA ESTRATÉGIA SOBRE AS MERCADORIAS

60. A Comissão da UA recordou que a decisão de Bahir Dar de encomendar uma estratégia sobre os produtos primários para África e informou a reunião sobre as actividades desenvolvidas pelo Departamento de Comércio e Indústria (DTI) em parceria com os Departamentos de Agricultura e Economia Rural, Infra-estruturas e Energia, Recursos Humanos, Ciências e Tecnologia. Foram estabelecidos três subcomités com o objectivo de elaborar uma estratégia para os mercados de Agricultura, Minas e Energias, respectivamente, em estreita colaboração com as CER, o Secretariado da ACP, UNCTAD, Comissão Económica das Nações Unidas para África (ECA), e outras instituições. Os principais aspectos a serem considerados na estratégia incluem, a definição dos preços dos productos primários, se os produtos primários enquanto recursos constituem uma desvantagem ou oportunidades, a ligação entre os mercadores dos produtos primários e financeiros, incluindo, a industrialização através de produtos primários, tendo em conta as constatações contidas nos relatórios da UNECA a respeito da industrialização baseada nos produtos primários.

61. A reunião fez as seguintes observações:

a) Angola é um país onde, no passado, os recursos minerais serviam de base para o conflicto, actualmente, aplica as receitas provenientes desses recursos para promover o rápido desenvolvimento em infra-estruturas, comunicação, energia e na diversificação da economia;

b) As economias africanas permanecem voltadas à exportação de matéria-prima, uma situação sustentada que visa manter o legado colonial;

c) A África atingirá uma transformação estrutural quando for capaz de influenciar a regulamentação dos preços dos produtos primários e obter algumas receitas através do processamento dos seus recursos naturais em produtos acabados ou semiacabados.

62. O Comité recomendou:

i.) que o continente desencadeasse um engajamento político consolidado em prol da industrialização sub-regional, regional, continental e de integração através da produção ao invés de comércio.

Encerramento da reunião.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository **http://archives.au.int**

Organs Council of Ministers & Executive Council Collection

2015

Agenda2063 report of the commission on the African Union Agenda 2063 The Africa we want in 2063

African Union

African Union

http://archives.au.int/handle/123456789/4631

Downloaded from African Union Common Repository